

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011561-67.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos**  
 Requerente: **MARIA ELENA GATTI**  
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos

Trata-se de **Ação de Cobrança** de diferenças não creditadas pelo réu **Banco do Brasil S/A** na caderneta de poupança da autora, **MARIA ELENA GATTI**, número 149135-0 em relação aos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 (Plano Verão).

O réu foi citado e se defendeu sustentando a ocorrência da prescrição. No mérito, aduziu que o autor não faz jus aos índices perseguidos.

**É o relatório.****DECIDO.**

A alegação de **prescrição** merece ser acolhida.

É certo que a pretensão de receber a correção monetária e os juros correspondentes à diferença de rendimentos de caderneta de poupança pagos a menor pode ser exercitada em vinte anos, nos termos do art. 177 do Código Civil de 1916. Isso porque os juros e a correção monetária das cadernetas de poupança são capitalizados, o que equivale a dizer que, a cada incidência, incorporam-se ao principal, tanto que na operação seguinte serão acrescentados à base de cálculo.

**1011561-67.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Outrossim, é inaplicável ao caso o art. 206, parágrafo 3º, III do Código Civil de 2002, porque o art. 2028, também do CC, rege a hipótese, devendo valer os prazos da lei anterior.

O Superior Tribunal de Justiça segue essa orientação:

CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO. VINTE ANOS.

1- os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, parágrafo 10, II, do código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária. Precedentes da Terceira e da Quarta Turma.

2- Recurso especial conhecido, mas desprovido.

(Resp 646.834/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 28.09.2004, DJ 14.02.2005, p. 214).

A matéria, aliás, já não comporta discussões: Resp 774.612/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 09.05.2006, DJ 29.05.2006, p. 262; Resp 780.085/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17.11.2005, DJ 05.12.2005, p. 247; Resp 707.151/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 17.05.2005, DJ 01.08.2005, p. 471; Resp 466.741/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 15.05.2003, DJ 04.08.2003, p. 313.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido, ainda:

COBRANÇA – CONTA JUDICIAL – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – PLANOS VERÃO, COLLOR I e II – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA EM PARTE – PRETENSÃO DE REFORMA – DESCABIMENTO – o prazo prescricional para a cobrança de expurgo inflacionário em caderneta de poupança/conta judicial e seus juros remuneratórios é vintenário, tratando-se de relação jurídica pessoal – Inteligência do art. 177, do Código Civil de 1916 cc art. 2028 do Código Civil de 2002 – Caso em que, relativamente à conta renovada em janeiro/fevereiro de 1989 (Plano Verão), a ação foi proposta mais de vinte anos depois da data em que os rendimentos foram creditados na conta da autora – Prescrição da cobrança de diferença inflacionário em relação ao Plano Verão reconhecida na r. sentença. Recurso da autora desprovido, nessa parte (...) (TJSP, Apelação nº 0188028-31.2009, Rel. Des. Walter Fonseca).

Como o ajuizamento se deu em 04/12/2014, ou seja, 26 anos após o creditamento, a pretensão está prescrita.

\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA** a presente ação, com resolução do mérito, com base no art. 269, IV, do CPC.

Saliento, por oportuno, que em virtude de ação coletiva nº 0403263-60.1993, que tramitou perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, cuja prescrição tem seu termo em 09/03/2016, a autora pode ingressar em juízo articulando cumprimento de sentença, com distribuição livre.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 24 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**